

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

ESCOLA NORMAL SUPERIOR

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

FRIDA CUNHA DE SOUZA SOARES

INCLUSÃO ESCOLAR:

DESAFIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E A ESCOLA

Manaus-Amazonas

2019

FRIDA CUNHA DE SOUZA SOARES

**INCLUSÃO ESCOLAR:
DESAFIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E A ESCOLA**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito parcial para obtenção de título de graduação.

Orientadora: Profa. Ma. Jane Lindoso Brito

MANAUS – AMAZONAS

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

S676i SOARES , Frida Cunha de Souza
 Inclusão Escolar : desafio da Educação especial e
A escola / Frida Cunha de Souza SOARES. Manaus : [s.n], 2019.

44 f.: color.; 30 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.

Inclui bibliografia

Orientador: Lindoso, Jane

1. educação . 2. Inclusão . 3. alunos com necessidades
especiais. I. Lindoso, Jane (Orient.). II. Universidade do
Estado do Amazonas. III. Inclusão Escolar

**Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-
11/463**


FRIDA CUNHA DE SOUZA SOARES

INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E A ESCOLA

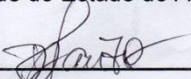
Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovação em: 28 de maio de 2019

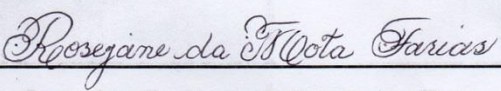
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª MSc. Jane Lindoso Brito (Orientadora)
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)



Profa. Ma. Dahielle Mariam Araújo dos Santos
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)



Profa. Dra. Rosejane da Mota Farias (Externo)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a Deus.

A minha família, que sempre esteve ao meu lado me apoiando e auxiliando no que eu precisava.

A professora Jane Lindoso, que tanto me ajudou na finalização deste trabalho.

Aos meus professores, que tanto me ensinaram nesta caminhada.

E aos meus colegas, que estiveram comigo nestes quatro anos.

LISTA DE SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
NEE	Necessidades Educativas Especiais
MEC	Ministério da Educação E Cultura
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
CEFA	Coletivo Escola Família do Amazonas
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
PNEEPEI Inclusiva	Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PPP	Projeto Político Pedagógico
EI	Educação Inclusiva
AEE	Atendimento Educacional Especializado
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
TEA	Transtorno do Espectro Autista

RESUMO

O direito a educação inclusiva é garantido pelos documentos oficiais a fim de proporcionar acesso ao público-alvo da educação especial, independentemente de suas condições pessoais, físicas ou mentais. A pesquisa intitulada “Inclusão escolar: desafio da educação especial e a escola” buscou, de modo geral, compreender os desafios da inclusão numa escola municipal e, de modo específico, observar as dificuldades e os desafios da inclusão na escola, verificar as práticas pedagógicas, e os resultados de aprendizagem dos estudantes da inclusão numa escola da rede municipal da cidade de Manaus. Observamos com mais intensidade esse processo durante os estágios supervisionados no qual intensificamos nosso olhar para as questões da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. As questões que nortearam o presente trabalho foram: a) os professores da escola pública estão preparados para atender os estudantes da inclusão?; b) as escolas trabalham em uma perspectiva inclusiva?; c) quais os desafios e as dificuldades encontradas pela escola?; d) como ocorre o processo de ensino e aprendizagem desses alunos? A pesquisa fundamenta-se teoricamente nos autores Mantoan (2003), Carvalho (2012), Ropoli et.al (2010) Mazzotta (1995). Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, com abordagem fenomenológica e utiliza como metodologia a coleta de dados, a observação do participante, entrevista semiestruturada, pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa, portanto, aponta para avanços na política de inclusão, porém apresenta os desafios nos aspectos da formação continuada dos professores que buscam se adequar as práticas pedagógicas a fim de atender os alunos com necessidades educacionais especiais.

Palavras-chave: Educação, Inclusão, Alunos com Necessidades Especiais.

ABSTRACT

The right to inclusive education is guaranteed by official documents in order to offer access to the target public of special education, regardless of their personal, physical or mental conditions. The research entitled "School inclusion: the challenge of special education and the school" sought, in a general way, to understand the challenges of inclusion in a municipal school and, specifically, to observe the difficulties and challenges of inclusion in school, to verify pedagogical practices, and the students' learning outcomes of inclusion in a school in the municipal network of the city of Manaus. We observe this process more intensively during supervised internships, in which we intensify our focus on the inclusion of students with special educational needs. The questions that guided the present study were: a) Are public school teachers prepared to serve the students of inclusion?; b) do schools work in an inclusive perspective?; c) what are the challenges and difficulties encountered by the school? d) How does the teaching and learning process of these students occur? The research is theoretically based on the authors Mantoan (2003), Carvalho (2012), Ropoli et.al (2010) Mazzotta (1995). It is, therefore, a qualitative research, with a phenomenological approach and uses as methodology data collection, participant observation, semi-structured interview, bibliographical and field research. The research, therefore, points to advances in inclusion policy, but presents the challenges in the aspects of continuing education of teachers that seek to adapt pedagogical practices in order to meet the students with special educational needs.

Keyword: Education, Inclusion, Students with Special Needs.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
• CAPÍTULO I- INCLUSÃO ESCOLAR	17
• 2.1 Breve histórico da educação inclusiva no Brasil	
• 2.2 A Inclusão: desafio dos resultados educacionais	19
• 2.2.1 Desafio para o professor	19
• 2.2.2 Desafios para a escola	21
2.2.3 Desafios para os alunos	26
3 CAPÍTULO II - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E OS RESULTADOS DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES NA INCLUSÃO	29
3.1 Sala de recursos e a educação inclusiva	33
3.2 Avanços e impasses na inclusão educacional	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
ANEXOS	49

INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos, é o que diz a lei. A Constituição Federal, no art. 206, parágrafo I, garante “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Todos os pais são, portanto, obrigados a matricular os seus filhos em instituições de ensino. Mas será que essas instituições oferecem condições para que todos os alunos possam ter uma aprendizagem significativa? Será que a escola está preparada para receber uma grande diversidade de alunos como, por exemplo, as crianças e adolescentes que possuem deficiências, transtornos, altas habilidades ou superdotação? Essas questões, que são preocupantes para pais, professores e alunos das escolas brasileiras, vêm sendo debatidas nos últimos anos e, mesmo com muitos avanços nessa área, percebemos a necessidade de algumas mudanças para que as escolas brasileiras sejam mais inclusivas.

Na lei, um dos primeiros avanços para a educação inclusiva se reflete na Constituição Federal brasileira, mais precisamente em seu art. 208, parágrafo III, que garante “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes da Educação Básica (LDB), define, em seu art. 58, a educação especial como uma “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996). Uma declaração que foi importante para os avanços da educação em uma perspectiva inclusiva foi a de Salamanca, de 1994. Resultante da conferência mundial, promovida pelo governo espanhol em colaboração com a UNESCO, sobre as necessidades da educação especial, essa declaração defende como principais ideias: a) o direito a educação de todos os indivíduos; b) igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência e; c) promoção do acesso à educação para a maioria das pessoas que apresentam Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e que ainda não foram por ela abrangidos.

Segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPI):

O conceito de necessidades educacionais especiais, que passa a ser amplamente disseminado, a partir dessa Declaração, ressalta a interação das características individuais dos alunos com o ambiente educacional e social, chamando a atenção do ensino regular para o desafio de atender as diferenças. (BRASIL, 2008).

Entretanto, ainda segundo a PNEEPI, mesmo com essa perspectiva transformadora, as políticas educacionais implementadas não conseguiram fazer com que a escola comum assumisse o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos.

Em 1999, houve a convenção da Guatemala, que trouxe como princípios a garantia de direitos iguais de participação, de aprendizagem e de trabalho, entre outros. Essa convenção também aprovou o uso de recursos e metodologias diferenciadas quando necessário.

Todos esses avanços na lei são positivos, porém ainda é um grande desafio para a escola incluir os alunos com NEE. Tal dificuldade muitas vezes se encontra na falta de recursos materiais ou mesmo no preparo do professor, que não está apto para lidar com alunos que saem do que eles acham de “normal” ou “ideal”. Segundo as Diretrizes da Educação Especial:

Construção de uma sociedade inclusiva, é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um estado democrático. Entende-se por inclusão a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento a diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com todas as dimensões (BRASIL, 2001)

É muito importante que a escola forme cidadãos que construam uma sociedade mais justa, em que todas as pessoas possam ter seus direitos garantidos, independentemente da cor, crença ou deficiência. Em função disso, é garantido por lei a todas as crianças e adolescentes o direito a educação, que é um direito

importante para se viver com dignidade e autonomia. Segundo as Diretrizes da Educação Especial:

Se cada criança ou jovem brasileiro com necessidades educacionais especiais tiver acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania, estaremos dando um passo para uma sociedade mais justa e solidária. (BRASIL, 2001)

Como visto, a legislação brasileira reconhece a importância da inclusão escolar como pilar para termos uma sociedade mais justa. A educação brasileira, entretanto, ainda apresenta diversos problemas e desafios que precisam ser superados para podermos construir uma sociedade mais solidária e justa, como é citado nas diretrizes e em outros documentos. Segundo o Ministério da Educação (MEC) (2010, p.10): “A escola historicamente se caracterizou pela visão de uma educação que se delimita como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social”.

Ainda hoje, as oportunidades não são iguais para todos. Há no Brasil um grupo privilegiado que tem mais acesso ao saber, por isso, é preciso que nós, os educadores, pensemos em uma educação que vença as barreiras da exclusão e que forme cidadãos autônomos e conscientes. Novamente, segundo o MEC:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino, evidenciam a necessidade de criar alternativas para supera-las, a educação inclusiva assume espaço no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. (BRASIL, 2010)

A escola possui um papel importante na inclusão de pessoas com necessidades especiais, pois a educação é um meio desses sujeitos alcançarem uma vida mais digna. Caso contrário, esses indivíduos ficarão à margem da vida social. É necessário, portanto, refletir se a escola está sendo uma ferramenta de inclusão ou de exclusão; se ela está contribuindo com uma sociedade mais justa ou se as suas práticas estão legitimando a exclusão. Este é um debate que vem sendo discutido nas universidades, e que gera muitos estudos e pesquisas não só na área de educação especial. Segundo Mantoan (1999) “se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação

voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”.

Uma escola inclusiva procura combater qualquer tipo de preconceito e reconhece a diversidade de seus alunos e o direito de todos a terem uma educação de qualidade. Todas as crianças e adolescentes devem ter o direito ao saber para que tenhamos uma sociedade menos desigual.

Fazer com que todos tenham uma educação de qualidade é um desafio, pois cada aluno é diferente e aprende de modo diferente. Este desafio é maior ainda quando há algum estudante que apresenta alguma deficiência ou transtorno, pois exige profissionais capacitados, além de uma estrutura física adequada e materiais adaptados. Felizmente é possível que todos os alunos, independentemente de terem ou não deficiência, possam aprender. A lei assegura aos alunos com necessidades educativas especiais o direito a terem os recursos necessários para o seu melhor aprendizado.

É interessante ressaltar que as universidades estão cada vez mais se preocupando em formar professores para trabalhar na inclusão. Atualmente, no currículo das universidades já há as disciplinas voltadas para a educação especial, como libras e, em algumas instituições, braile, além de várias palestras sobre o assunto. Percebemos, portanto, que os alunos da universidade já saem com um certo conhecimento sobre o tema.

A proposta de educação inclusiva, entendida como uma inovação que garanta o direito a educação de todos, é, de fato, desafiante, já que implica inúmeras ações para sua efetivação e abre algumas perspectivas a educação escolar (CARVALHO, 2012 *apud*. MANTOAN).

Para uma escola ser verdadeiramente inclusiva, não basta ter alunos matriculados que apresentem casos de deficiência e síndromes, mas que além disso, possua um trabalho pedagógico que não seja excludente; em que todos possam aprender independentemente da sua raça, classe social e deficiência. Os discentes estando em uma escola com o pensamento inclusivo tendem a crescer enquanto indivíduos, já que trabalharão o respeito à diferença, algo necessário para

se viver em sociedade democrática. Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

Não é o aluno que se amolda ou se adapta a escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se a disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. Nesse contexto, a educação é concebida para possibilitar que o aluno com necessidades educacionais atinja os objetivos da educação geral. (BRASIL, 2001).

Ou seja, a escola deve estar preparada para atender a todos os alunos e não apenas aqueles que não apresentam deficiência e que aprendem com facilidade da forma como o professor ensina. Os professores necessitam pensar na educação como uma forma de inclusão social. Procurar, portanto, incluir a todos no processo de ensino e aprendizagem é uma ferramenta para uma sociedade mais justa.

No processo de formação e instigada pelos diversos componentes curriculares para realizarmos atividades práticas, essa temática muito me despertou o interesse em aprofundar investigação. O componente de Educação Especial muito contribuiu para a decisão da pesquisa. Nos estágios concomitante com o componente de Pesquisa e Prática Pedagógica I e II que nos encaminhou para a construção de um projeto de pesquisa, a temática sobre a educação especial na perspectiva da inclusão foi confirmada e a partir dessa decisão tornou-se objeto de pesquisa que resultou nesse trabalho de conclusão de curso. As idas em diferentes escolas e observando alunos com NEE e o anseio dos professores em intervir pedagogicamente para atender todos é continua sendo um desafio e sei que para mim também será quando receber a outorga de grau e exercer a docência.

A presente pesquisa foi realizada em uma escola municipal localizada na zona centro sul de Manaus, que recebe alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. A partir das observações feitas nessa escola surgiram as seguintes questões norteadoras: a) os professores da escola pública estão preparados para atender os estudantes da inclusão?; b) a escola trabalha em uma perspectiva inclusiva?; c) quais os desafios e as dificuldades encontradas pela escola?; d) como ocorre o processo de ensino e aprendizagem desses alunos?

Tal pesquisa busca, como objetivo geral, compreender os desafios da inclusão numa escola municipal e, como objetivos específicos, observar as dificuldades e os desafios da inclusão na escola, verificar as práticas pedagógicas e os resultados de aprendizagem dos estudantes da inclusão.

A pesquisa foi desenvolvida por meio do método fenomenológico, que segundo Trivinos (1987), nos diz que “a fenomenologia é o estudo das essências; e todos os problemas segundo ela tornam a definir essências”. Desta forma, a pesquisa tem abordagem qualitativa, pois buscou investigar como é realizada a inclusão de alunos com NEE em uma escola da rede municipal de Manaus. Sendo assim, caracteriza-se como uma pesquisa de campo, que segundo Prodanov e Freitas (2013): “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los”.

Como procedimentos técnicos a pesquisa tem caráter bibliográfico e de campo:

Quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. (PRODANOV e FREITAS, 2013, pp. 54)

E também tem caráter documental, pois se utiliza de documentos oficiais sobre a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Como instrumentos de pesquisa, além dos dados das observações do caderno de campo, foram utilizadas entrevistas estruturadas, registradas em um telefone celular, com três professoras; uma do 3^o ano, outra do 4^o ano que trabalha também na sala de recursos, e uma outra professora que trabalha apenas na sala de recursos. Segundo Prodanov e Freitas (2013): “a entrevista estruturada é quando o entrevistador segue roteiro preestabelecido. Ocorre a partir de um formulário elaborado com antecedência”.

Para o embasamento teórico buscamos autores que proporcionassem conhecimentos e reflexões acerca do tema, sendo estes: Mantoan (2003), Carvalho (2012), Ropolli et.al (2010) e Mazzotta (1995).

A pesquisa está embasada também em documentos legais como a declaração de Salamanca (1994), a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) N 9.394/1996, além de documentos como as Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica (2001), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), além do livro organizado pelo Ministério da Educação (MEC), Marcos Políticos Legais Da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2010).

O seguinte trabalho será dividido em dois capítulos, sendo estes também divididos em tópicos. O primeiro intitulado “Inclusão Escolar” apresentará um breve histórico sobre a inclusão no Brasil, além de salientar os desafios da inclusão em uma escola municipal da zona centro sul de Manaus. Este capítulo explanará também sobre a evolução da educação inclusiva, que envolve três aspectos: a escola, o professor e o aluno. Os três pontos serão discutidos ao longo do trabalho.

O segundo capítulo com o título “Práticas Pedagógicas e os Resultados da Aprendizagem dos Estudantes da Inclusão” relatará as práticas pedagógicas na sala regular e na sala de recursos multifuncionais, além do registro das falas das professoras.

CAPÍTULO I- INCLUSÃO ESCOLAR

1.1 Breve histórico da educação inclusiva no Brasil

No Brasil, o tema da inclusão chegou de forma tardia, ainda sem essa nomenclatura, com o objetivo de lidar com pessoas cegas e surdas. Segundo Mazzota (1995), alguns brasileiros se inspiraram em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos da América do Norte e iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços a atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Durante esse século, tais providências caracterizavam-se como iniciativas oficiais e particulares isoladas, refletindo o interesse de alguns educadores ao atendimento educacional de portadores de deficiências.

Com o passar do tempo viu-se a necessidade de criar leis que amparassem as pessoas com algum tipo de deficiência. Mazzota (1995) afirma que a inclusão, na política educacional brasileira, da “educação de deficientes”, da “educação dos excepcionais” ou da “educação especial” ocorre somente no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa ser fundamentada pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 7, 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. (BRASIL, 2008)

Ainda que a política educacional brasileira constasse agora com algo sobre a educação inclusiva, faltara vencer vários desafios, a serem ultrapassados nos

anos seguintes; sendo os principais deles, a especialização dos educadores e a adaptação estrutural das escolas e locais educacionais.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa ser fundamentada pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 7, 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. (BRASIL, 2008)

Ainda que a política educacional brasileira constasse agora com algo sobre a educação inclusiva, faltara vencer vários desafios, a serem ultrapassados nos anos seguintes; sendo os principais deles, a especialização dos educadores e a adaptação estrutural das escolas e locais educacionais.

Nesta época criou-se vários institutos:

(...) qual teve suas raízes na época do Império, em 1854, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 (atual Instituto Benjamin Constant) e o Instituto dos Surdos-Mudos em 1857 (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos), ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX foi criada a Sociedade Pestalozzi (1926) especializada no atendimento de pessoas com deficiência e em 1945 foi criada a primeira instituição para atendimento de pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi pela Helena Antipoff e em 1954 foi criada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. (GERALDO, et. al. 2017. p.1216)

Em 1973, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), é criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Tal órgão foi responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que impulsionou ações educativas para pessoas deficientes e com superdotação, porém essas ações eram configuradas por campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado. Ainda segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:

Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de 'políticas especiais' para tratar da temática da educação de alunos com deficiência e, no que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem desses alunos. (BRASIL, 2008).

A legislação brasileira vem avançando nessa questão de proporcionar leis que garantem o acesso de todos sem discriminação a escola, porém o cenário ainda não é o ideal, há muitos desafios a serem vencidos.

1.2 A Inclusão: desafio dos resultados educacionais

Todo processo de evolução da educação inclusiva, que ainda perpassa na atualidade, envolve três aspectos: professor, aluno e escola.

2.2.1 Desafio para o professor

Para o professor, o desafio se caracteriza pela busca contínua do saber. Se tratando de educação inclusiva, este profissional tem tentado encontrar, além da sua formação usual, o conhecimento que melhor lhe integre a fim de entender a complexidade, que por vezes não é fácil, dos alunos. No entanto, esta incessante busca pelo conhecimento não tem sido atitude da maioria.

Nóvoa afirma que:

Os professores constituem um dos mais numerosos grupos profissionais das sociedades contemporâneas, o que, por vezes, dificulta a melhoria do seu estatuto socioeconômico. Toda a gente conhece um ou outro professor que não investe na sua profissão, que não possui as competências mínimas, que procura fazer o menos possível. O professorado no seu conjunto é penalizado pela existência destes "casos", que a própria profissão não tem maneira de resolver: os colegas estão amarrados por uma "solidariedade"

muitas vezes deslocada; os diretores das escolas recusam-se a intervenções suscetíveis de serem consideradas autoritárias; os sindicatos são supostos defensores dos interesses de todos os seus membros... no fundo, o que está em causa é a possibilidade de um desenvolvimento profissional (individual e coletivo), que crie as condições para que cada um defina os ritmos e os percursos da sua carreira e para que o conjunto dos professores projete o futuro desta profissão, que parece reconquistar, neste final de século, novas energias e fontes de prestígio. (NÓVOA, 1999, p. 30).

A identificação da necessidade especial do aluno é um dos principais desafios que os professores encontram, uma vez que, se não sabem a deficiência, não terão base para elaboração das aulas, e por consequência não terão êxito em atingir seus objetivos. A Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, nos diz:

(...) para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, os professores e a escola em como um todo, deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com: I - a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais; II - o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema; III – a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário. (BRASIL, 2001, p. 2).

A escola, que é objeto deste estudo, não possui um setor específico responsável pela educação inclusiva. Em contrapartida, as famílias são bem envolvidas e sempre estão presentes quando solicitado, dando apoio aos professores. Isso supera a falta de equipe médica no local ou próxima do local, pois quando surge à necessidade dos serviços de atendimento à saúde, as famílias se responsabilizam. A escola também possui assistente social para dar suporte aos alunos e aos familiares. No ambiente há disponibilidade para práticas esportivas, visando o desenvolvimento psicomotor dos alunos.

Os professores são portadores (e produtores) de um saber próprio ou são apenas transmissores (e reprodutores) de um saber alheio? O saber de referência dos professores é, fundamentalmente, científico ou técnico? Na resposta a estas e a muitas outras questões encontram-se visões distintas de profissão docente e, portanto, projetos contraditórios de desenvolvimento profissional. Pelo meio estão os intermináveis debates sobre a pedagogia e as ciências da educação (no plural ou no singular). (NÓVOA, 1999, p 28)

Além dos desafios práticos, que envolvem a formação e preparação dos professores para lidar com os alunos com NEE, Nóvoa nos faz refletir qual o verdadeiro papel do professor nas escolas, e sobretudo em escolas que possuem alunos com NEE. Sabe-se que é uma discussão ainda por findar, no entanto encontra-se em fase de evolução.

1.2.1 Desafios para a escola

Para a escola, os desafios a serem vencidos também são complexos. Por meio dos instrumentos de observação podemos identificar que a escola, o objeto deste estudo, tem dificuldades em superar a falta de estrutura do prédio, pois se tratando de uma instituição governamental, todo investimento ali aplicado tem que ser aprovado por meio de burocracias públicas. Isso acarreta em demora na reforma ou ampliação de espaços, adaptações nas rampas e no chão, lentidão na aquisição de materiais, e assim por diante. Quanto à formação dos docentes, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) oferece formação para os professores em educação especial na perspectiva inclusiva.

Segundo a professora “A”:

As formações são muito boas, e ajudam na especificidade de cada criança. Essas formações poderiam ter em maiores números. Ainda quero aprender mais. No cotidiano da sala de aula os desafios continuam sendo enormes, pois cada aluno é único em suas especificidades

Na escola em questão, diante do corpo docente, há duas professoras que possuem especialização em educação especial inclusiva. A elas cabem duas funções: uma leciona na sala de recursos e na oficina; e a outra ministra aula na sala de recursos e na sala regular. A implantação dessas salas está amparada nos serviços de apoio especializados que são obrigatórios no que concernem as Leis que amparam os alunos com NEE. Conforme Decreto 7.611 (BRASIL, 2011) diz em seu artigo 5º, parágrafo 2º, da obrigação de ofertas e apoios técnicos e financeiros para o aprimoramento especializado, para a implantação de salas de recursos

multifuncionais, para a formação de gestores, educadores e demais profissionais nas escolas de rede de ensino regular para a aprendizagem dos alunos, além da participação dos mesmos e as relações interpessoais. E, no parágrafo 3º ainda complementa que as salas de recursos multifuncionais são ambientes que possuem equipamentos, e recursos didáticos e pedagógicos para que o atendimento especializado realmente funcione de forma significativa. Ainda segundo o Decreto, no parágrafo 4º, seriam produzidos e distribuídos recursos de acessibilidade e aprendizagem, nestes estão incluídos materiais didáticos e paradidáticos.

Nos registros históricos essa escola era um centro que foi construído com a ajuda de toda a comunidade liderada por uma freira do Preciosíssimo Sangue. Em 2015, o Coletivo Escola Família do Amazonas (CEFA) procurou a instituição de ensino a fim de propor uma gestão mais democrática, ou seja, uma instituição diferente dos moldes tradicionais. A partir de 2016, a proposta começou a ser implementada e a escola passou a ser de tempo integral, o que acarretou na abertura para a comunidade com atividades que perpassavam as oficinas de teatro, dança, desporto, iniciação científica, matemática lúdica, filosofia e literatura. A escola também congrega assembleias, que discute os assuntos da escola junto com os alunos, além de propor tutoria que envolve os pais e funcionários da escola. É importante salientar que o tutor não é um professor de reforço, já que este não trabalha as disciplinas escolares com o seu tutorado, mas busca compreender as dificuldades dos alunos.



Foto oficina iniciação científica.



Foto oficina iniciação científica.

Um dos maiores diferenciais nessa escola é que possui assistente social para dar suporte aos alunos e os familiares. A relevância desse profissional é confirmada nas diversas falas dos atores dessa escola que se sentem privilegiados por tê-lo como parte da equipe gestora e que muito contribui com seus atendimentos, a assistente social tem como principal função conhecer como é a família dos alunos, qual é o nível socioeconômico dessas famílias, quais são as suas dificuldades, com essas informações a escola poderá ajudar essas famílias.

Em 2017, a instituição de ensino foi reconhecida pelo programa internacional Escolas Transformadoras como um local de transformação, que valoriza a empatia, a criatividade e o trabalho em equipe.

Sobre a inclusão, a gestora disse:

Muitas vezes nós pensamos que a inclusão é só de necessidades especiais mas esquecemos que a inclusão diz respeito a gênero, a raça e a religião, inclusão acolhe todas essas categorias. Nossa escola procura sempre acolher todos e todas ainda que continuamos avançando nesse processo. Ainda temos muito que aprender.

Segundo as Diretrizes Nacionais de Educação Especial (BRASIL, 2001), “a escola tem como função social trabalhar a diversidade humana de todos no processo educativo, com a função de construir uma sociedade mais justa e livre”.

A escola, onde foi realizada a pesquisa, procura falar com os educandos sobre inclusão, através do teatro e da dança. As crianças até apresentaram uma peça no Teatro Amazonas sobre *bullying* com alunos com necessidades especiais e estrangeiros (a escola recebe muitos imigrantes). Alguns discentes falaram na assembleia sobre o que eles aprenderam com a peça. Uma das crianças relatou que “todos merecem respeito, e que todos devemos ser amigos”. A escola deve passar esses valores aos educandos para que assim se possa construir uma sociedade menos excludente.

É importante relatar, que na escola ainda há cartazes alertando sobre o *bullying*; dizendo do que se trata, como é prejudicial, como deve ser evitado e como é importante ter respeito por todos. Segundo Ropoli (2010): “Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças”. Os cartazes também aconselham as crianças a não fazerem com os outros o que elas não querem que façam com elas, e diz ainda para falar com os professores, pais ou responsáveis caso ela esteja sofrendo ou presenciando *bullying*. Segundo uma aluna, os educandos fizeram até uma redação sobre empatia. Esse tipo de atitude tomada pela escola pode ajudar muito na aceitação de um aluno com algum transtorno ou deficiência pela comunidade acadêmica. A escola em questão tem uma preocupação não só com a aprendizagem dos conteúdos, mas também com a formação humana do aluno, já que se propõe a ser uma escola integral, ou seja, ela se preocupa com a formação integral do sujeito.

Segundo Mantoan (2003), se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para

a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.

A escola não deve ser um local de segregação, mas sim um espaço onde todos os alunos aprendam juntos, e possam conviver melhor com as diferenças. É, portanto, imprescindível para uma escola que busca formar para a cidadania, que combata às desigualdades e o preconceito. Para que o indivíduo possa exercer a cidadania plenamente é necessário que ele lute por uma sociedade melhor, tenha os seus direitos garantidos e também procure cumprir com os seus deveres. Segundo a declaração de Salamanca:

(...) as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições, físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas: crianças que vivem nas ruas e que trabalham: crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas. (Brasil, 1997, p.17 e 18)

portanto, a escola deve ser um local democrático, onde todos são inclusos, e convivem e aprendem com as diferenças.

2.2.3 Desafios para os alunos

São muitas as dificuldades que os alunos com necessidades educativas especiais encontram nas escolas. Podemos citar, por exemplo, a falta de recursos necessários, infraestrutura adequada e o despreparo dos professores. A Na escola em questão, as adaptações arquitetônicas contam apenas com rampas no térreo. Infelizmente não há condições favoráveis para que os cadeirantes possam ir ao andar superior, já que a escola dispõe apenas de escada como acesso entre os dois ambientes. A situação também é desfavorável para os deficientes visuais, pois a instituição não está adaptada para atendê-los.

Há na escola um aluno com quadro de autismo. Percebemos nele certa relutância na interação com os outros discentes e na efetiva participação nas

atividades propostas em sala. O aluno lê bem, mas apresenta dificuldade na oralidade.

Porém apesar dos impedimentos, a escola se preocupa em fazer com que os alunos com NEE, participem de todas as atividades como, por exemplo, as oficinas, as assembleias, entre outros.

Segundo Ropoli et.al:

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. (ROPOLI et.al 2010, p. 8)

A instituição de ensino em questão, desde que assumiu o compromisso de se tornar uma escola integral, está procurando seguir as ideias propostas por Ropoli, porém a instituição ainda encontra dificuldades para incluir alunos com NEE.

Não podemos negar o direito da educação a nenhuma criança, pois isso tira dela a oportunidade de se tornar cidadão, de ter uma vida mais digna, de lutar por seus direitos. Nós, enquanto professores, devemos ter isso como objetivo de trabalho. Segundo o manual Teoria e Prática da Educação Especial da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a educação especial “identifica-se com a educação comum quando tem como finalidade precípua a formação de cidadãos conscientes e participativos”.

Em uma escola verdadeiramente inclusiva todos têm o direito de se tornarem cidadãos conscientes e participativos, sem discriminação. Segundo as Diretrizes Nacionais de Educação Especial, a educação

Transforma e amplia a cultura, estende a cidadania, constrói saberes para o trabalho, mas do que isso, ela é capaz de ampliar as margens da liberdade humana à medida que a relação pedagógica adote, como compromisso e horizonte ético político, a solidariedade e a emancipação. (BRASIL, 2001),

A escola, que o é o foco da nossa pesquisa, ainda está reformulando o seu Projeto Político Pedagógico (PPP), pois a instituição está passando por muitas mudanças. Tivemos acesso ao antigo PPP, e percebemos que este não contempla a

inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, mas fala sobre inclusão. Segue, abaixo, uma parte do PPP:

Ao longo da história, estabeleceu-se um modelo de desenvolvimento excludente, impedindo que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecesse. [...] garantir o exercício desse direito é forjar um novo modo de desenvolvimento com inclusão é o desafio que impõe ao campo da educação decisões inovadoras. (BRASIL, 2004)

Este trecho é um anexo das diretrizes nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Segundo a professora da sala de recursos, o PPP que está sendo reformulado contempla essa modalidade de ensino, segundo a professora da sala de recursos:

A proposta é de oferecer e fortalecer uma educação inclusiva com qualidade, onde os alunos sintam-se acolhidos e tratados da mesma forma, fazendo parte do todo, assim o PPP é reconstruído com a participação de toda a comunidade escolar.

Segundo Ropoli et.al:

A constatação de que a realidade escolar é dinâmica e depende de todos dá força e sentido a elaboração do PPP, entendido não apenas como um mero documento exigido pela burocracia e administração escolar, mas como registro de significados a serem outorgados ao processo de ensino e aprendizagem, que demanda tomada de decisões e ações de acompanhamento de ações consequentes. (Ropoli et.al 2010, p. 11)

A preocupação e dedicação em oferecer o melhor serviço para os alunos em geral é constate por parte dos professores da instituição. O envolvimento da família e sociedade para elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola é determinante para atender as necessidades e expectativas dos alunos.

CAPÍTULO II - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E OS RESULTADOS DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES NA INCLUSÃO

Fávero e Pantoja (2007) observam que os docentes que trabalham com educação especial se deparam com significativas dificuldades. Estas são resultantes das limitações de recursos, ausência de adaptações nas instituições, falta de materiais didáticos que permitam a facilitação dos processos de ensino e aprendizagem. Acresce-se a isso o desafio no enfrentamento de pressões fundadas na condição de estarem trabalhando com aluno especial.

Na escola em questão, a professora “D” respondeu algumas indagações relacionadas à pedagogia adotada na instituição:

No planejamento do docente são contempladas as adaptações curriculares de pequeno porte para atender o aluno autista? Com que frequência esse planejamento é feito?

“Não, quando eu faço é para atividade de sequência didática, mas no caso ele se recusa a fazer as atividades, então deveria ter um professor para ajudar, para fazer essa mediação”. (Professora D)

Como é realizado a avaliação da aprendizagem do aluno autista?

Assim como todos, auto avaliação, avaliação pelas atividades que ele consegue fazer, e como eu consigo ficar às vezes com ele na sala de recursos eu avalio ele pelo que ele consegue fazer lá, até por que o nível da turma é muito baixo (sic), e tem muitos aqui que não estão totalmente alfabetizados e ele já está alfabetizado. (Professora D)

A professora, não fazendo diferenciação do mesmo com os demais, procura incluir o aluno em todas as atividades. Sendo assim, como se viu na entrevista, o método de avaliação é o mesmo para todos. O estudante participa de todas as atividades da escola como as oficinas, a assembleia, a tutoria, entre outras. Percebe-se, porém, que o aluno tem bastante dificuldade em se envolver nas atividades da sala. Segundo o relato da professora, o discente já se mostrou

agressivo e chegou a se evadir da sala de aula, quando a mestra insistiu que completasse determinado exercício. Nesse aspecto, há um desempenho educacional que deve ser aceito pelo professor, o tempo pedagógico e processo de aprendizagem não deve ser comparada com o outro que ela considera “normal”. Entendo que o tempo pedagógico é próprio desse aluno e não se deve fazer comparações pois isso contribui para uma discriminação e desconsideração das individualidades.

Registamos no caderno de campo:

Ao copiar a atividade ele demora muito e acaba não terminando. Ele apaga as palavras várias vezes. Se distrai com o movimento de certos objetos, por exemplo fica assoprando a caneta e a observa rolar pela mesa. (Aluno com TEA)

A professora procura fazer com que ele interagisse com os outros colegas. Na sala de informática, por exemplo, ela pediu para um outro aluno sentar ao lado dele, para ajudá-lo a fazer a atividade de matemática. Entretanto, o aluno se recusou a interagir com as outras crianças. Para Belisário e Cunha (2010), as crianças com autismo podem ignorar outras crianças e não compreender as necessidades delas.

Outra observação que registamos no caderno de campo:

O aluno tem dificuldade na fala e prefere ficar andando pela sala do que fazer as atividades propostas, na hora do recreio fica sozinho andando pelos corredores, tem gestos estranhos e estereotipados, quando foram realizados vários jogos de língua portuguesa, o aluno preferiu ficar quieto em um canto, e ninguém procurou fazer com que ele participasse da atividade, mas não foi visto nenhum tipo de discriminação por parte dos colegas.

Há outro aluno na escola, pertencente ao 3º ano do ensino fundamental, com diagnóstico de autismo. Segundo a ficha de acompanhamento do aluno, a acolhida dele na escola ocorreu de forma gradativa para que se adaptasse da melhor maneira possível. Inicialmente o discente frequentava a instituição apenas pela parte da manhã. Depois, o período de estadia foi aumentando. Atualmente, ele já acompanha a turma na locomoção de salas para ir as oficinas pedagógicas.

Segundo a professora “A”:

A adaptação do aluno foi difícil, até ela conseguir fazer uma rotina, pois o aluno autista precisa de uma rotina. Quanto à participação da família do menino (sic) na escola, segundo ela a mãe é bem presente, reclama quando necessário, quando precisa de ajuda ela ajuda, é a mãe que vai sempre deixar o menino (sic) e sempre espera a professora chegar e quando ela chega, muitas vezes elas conversam. (Professora regular)

O respeito ao ser “diferente” é fundamental para o desenvolvimento educacional e social, isso requer muito o acompanhamento familiar e profissional dos professores e todos que fazem parte das atividades de uma escola. Há um reconhecimento de seu potencial, por isso todos ao seu redor investem e o acompanham em todo seu processo escolar.

Observamos que os professores, junto com a família, buscam desenvolver da melhor forma seu trabalho a fim de proporcionar a esse aluno a maior e melhor socialização possível, uma vez que ele é um muito inteligente e seu intelecto vem sendo desenvolvido com empenho. A família vem contribuindo de forma significativa para esse processo, pois sua inclusão começa na família, que prima pela melhor qualidade de vida possível para ele, fazendo com que o mesmo consiga se adequar as rotinas escolares, desenvolvendo as atividades propostas pelos professores.

A família entende que, se ele conseguir se adequar à escola, ele também terá mais facilidade em sua vida social, pois toda a família se mobiliza para que ele melhor se desenvolva. De acordo com Gómez e Terán:

O que significa dizer que uma família tem autismo? Significa que ela terá que aprender uma forma diferente de comunicação, uma maneira diferente de se relacionar socialmente: abrirá uma nova dimensão para sentir, controlar e pensar a vida. (GÓMEZ E TERÁN,2014; p.529).

De acordo com Schwartzman (2011) e Bosa (2009), o autismo consiste em um transtorno do desenvolvimento de etiologias múltiplas, definido de acordo com critérios eminentemente clínicos. As características são muito abrangentes, afetando os indivíduos em diferentes graus nas áreas de interação social, comunicação e comportamento. Esse transtorno é marcado por comprometimentos no

desenvolvimento neurológico, com três características principais: dificuldade de comunicação, na socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo

Já na sala de recursos, em dado momento, foi realizado uma atividade. Observamos, então, que professora levou o educando para a horta da escola. Lá havia uma caixa de sapatos dividida ao meio; de um lado estava escrito cebolinha e do outro coentro. A criança, portanto, deveria colher o coentro e a cebolinha e coloca-los em seus respectivos lugares. Quando o aluno depositava as verduras no lugar errado, a professora lia o que estava escrito, e dizia “não, aqui está escrito coentro, desse lado que está escrito cebolinha, então tem que colocar a cebolinha aqui. Depois da colheita o aluno entregou as verduras as merendeiras.



De volta à sala de recursos, a professora trabalhou a alfabetização com o educando a partir dessa experiência. Primeiramente, então, ela demonstrou o que deveria ser feito e logo pediu para que o discente se desenhasse colhendo as verduras. Tal atividade se deu, porque a professora entende que o aluno aprende melhor de forma concreta, praticando. Segundo o MEC (BRASIL, 2010): “a comunicação verbal é um dos problemas do aluno autista, portanto, o ensino não deve ser baseado em explicações por meio da linguagem verbal”.

Novamente segundo o MEC (BRASIL, 2010), as atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutiva a escolarização. Esse atendimento complementa a autonomia e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

2.3 Sala de recursos e a educação inclusiva

Segundo a professora, as atividades da sala de recursos estão mais voltadas para as dificuldades dos alunos autistas, e perpassam questões de produção textual e, por conseguinte, de ortografia. Para Ropoli et al:

Ao professor do AEE cabe complementar/suplementar a formação do aluno com conhecimentos e recursos específicos que eliminem as barreiras as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular. (2010)

Essa escola contempla o AEE, este nomeado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial como Salas de Recursos Multifuncionais se respalda na LDB 9394/96 que em seu artigo 58 diz que “quando necessário haveria serviços de apoio especializado para atender as especificidades de alunos com necessidades educacionais especiais”.

A resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, ainda reforça que o atendimento especial é assegurado a esse aluno de acordo com suas diferenças e

peculiaridades. Este atendimento tem como objetivo dar suporte ao aluno com necessidades educacionais especiais, trabalhando a partir das suas reais necessidades e especificidades e fazendo com que este tenha acesso ao currículo da sala comum.

O Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011 em seu artigo 1º, parágrafo 1º considera o atendimento educacional especializado como sendo o “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.”. Além disso, em seu Art. 3º assegura que o Ministério da Educação prestaria serviços de apoio técnico e financeiro para os alunos com NEE, ofertando, assim, a sala de recursos multifuncionais, a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado, além da formação de gestores, educadores e demais profissionais de educação inclusiva. Em seu parágrafo 1º explicita que ‘As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado’. (BRASIL, 2011)

A sala de recursos, por visar o melhor desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, não é de modo algum um local de segregação. Muito pelo contrário, já que as atividades desse ambiente se voltam para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Sendo assim um local que propicie a sua inclusão.

Na sala de recursos, em determinado momento ouviu-se um comentário sobre um aluno que apresentava sérios problemas comportamentais e de aprendizagem. Por não haver laudo médico, não sabemos qual o seu quadro clínico. É interessante ressaltar uma conversa entre a tutora e uma senhora presente no local, na qual detectamos o seguinte comentário: “esse menino vai ter que ficar aqui para sempre, que escola vai aceitar ele? ”.

Essa fala demonstra a angústia dos familiares em encontrar acolhimento nas instituições educacionais. Quando encontram uma escola com implementações e ações inclusivas de acordo com a política da educação especial é possível ouvir essa fala.

Esse atendimento na sala de recursos se dá através de programas de enriquecimento curricular, no qual são ministrados os conteúdos articulados com a proposta pedagógica do ensino comum, práticas de ensino específico e, de

Tecnologia Assistiva. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão:

O atendimento Educacional Especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos, da tecnologia assistiva e outros. (BRASIL, 2007)

Observei que esse aluno sente-se bem nesse atendimento e que por ele passaria mais tempo na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) do que na sala regular. Essa realidade nos levou a constatar que, no cotidiano das escolas, torna-se evidente que ainda há muitos desafios a serem superados, não apenas no que diz respeito ao processo inclusivo, mas ao sistema educacional como um todo, principalmente às pessoas diferentes.

No local do estudo, os alunos possuem uma ficha de acompanhamento, com a função de relatar os progressos dos mesmos, além de sugestões de atividades pedagógicas conforme os objetivos das aulas. Este acompanhamento favorece o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem, além de desenvolver as habilidades de raciocínio, percepção, atenção e coordenação ampla.

As atividades oferecidas pelos serviços de apoio especializados, destaca-se a TA (Tecnologia Assistiva) recurso de acessibilidade. Subsidiaria o aluno na realização das atividades na sala de aula e no seu cotidiano, fazendo com que esse aluno tenha autonomia no processo de escolarização. É nas SRM que esta TA é adaptada para que atendam as especificidades dos alunos.

Na perspectiva da educação inclusiva, esta Tecnologia é voltada a favorecer a participação do aluno com deficiência nas diversas atividades do cotidiano escolar, vinculadas aos objetivos educacionais. São exemplos de TA na escola: os materiais escolares e pedagógicos acessíveis, a comunicação alternativa, os recursos de acessibilidade ao computador, os recursos para mobilidade, localização, a sinalização, o mobiliário que atenda às necessidades posturais, entre outros. (MIRANDA e GALVÃO FILHO, 2012, p. 250)

Registramos em nosso caderno como a SRM dessa escola está equipada:

Trabalha com os alunos por meio da tecnologia assistiva, que tem a função de contribuir para uma melhor qualidade de vida de pessoas com NEE. A escola possui uma mesa e-block, no qual consiste numa mesa conectada ao computador, onde há jogos, desenhos e tem blocos coloridos com letras que interagem com a tela do computador, entre outras funções. Há uma ficha de acompanhamento de cada aluno, de seu desempenho e aprendizagem. Segundo a professora sala de recursos escolhe-se as atividades da mesa de acordo com a necessidade do aluno em relação aos conteúdos ministrados na sala regular.

Segundo a professora (Anexo II), dependendo do nível psicomotor da criança, a mesa dispõe de várias atividades que estimulam diversas habilidades. A escolha da atividade é feita conforme a especificidade de cada aluno.

Segundo Ropoli et.al A sala de recursos multifuncionais é uma ferramenta auxiliadora no desenvolvimento do aluno:

As salas de Recursos Multifuncionais são espaços localizados nas escolas de educação básica onde se realiza o atendimento educacional especializado AEE, estas salas são organizadas com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recurso de acessibilidade e equipamentos específicos, para alunos público alvo da educação especial, em turno contrário à escolarização. (ROPOLI, et. al. 2010, pp. 31)

As atividades realizadas na sala de recursos, da escola em questão, são um complemento na formação do aluno com necessidades especiais e não uma substituição. O aluno autista deve frequentar a sala regular com outros alunos não autistas. Os discentes atendidos na sala de recursos multifuncionais são o público alvo da educação especial. Conforme estabelecida na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e no decreto N.7.611/11, são eles os alunos com:

Alunos com deficiência: aqueles [...] que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, pode obstruir sua participação plena com as demais pessoas. Alunos com transtorno globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um de interesses, estereotipado e repetitivo. Incluem-se neste grupo alunos com autismo síndrome do espectro autista e psicose infantil. Alunos com altas/habilidades superdotação: aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas,

isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (BRASIL, 2011)

A escola não deve ser um local de segregação, mas sim um local onde há para todas as crianças o direito de aprender, independentemente de sua condição financeira, ou das suas deficiências. A escola deve estar preparada para receber todas as crianças, apesar das dificuldades:

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente. (MANTOAN, 2003, p.23)

A escola é uma importante ferramenta de inclusão social, já que proporciona o acesso ao conhecimento e a formação da cidadania. Impedir alguém de frequentar o ambiente de ensino causa exclusão social e suprime várias oportunidades que esse indivíduo poderia ter. Uma instituição escolar inclusiva é extremamente importante para a formação de uma sociedade mais justa e menos excludente.

Na observação em campo, notou-se outra metodologia de ensino adotada pela professora. Na sala de aula regular, a turma foi dividida em dois grupos. O primeiro saiu da sala. O segundo, que segundo a docente, apresentava dificuldades, ficou em sala. Com esse grupo, a mestra passou duas atividades. A primeira delas consistia na leitura pelos alunos de fichas em que estava escrita nomes de objetos e de animais. A segunda atividade, consistia na produção de rimas através das palavras contidas nas fichas. O aluno autista se saiu muito bem na atividade. Quanto a interação social o aluno demonstrou avanços pois fez uma grande amizade com um outro aluno.

Como já foi dito, não podemos negar o direito da educação a nenhuma criança, pois isso tira dela a oportunidade de se tornar cidadão, de ter uma vida mais digna e de lutar pelos seus direitos. Nós, enquanto professores, devemos ter isso

como norte enquanto objetivo de nosso trabalho. Para uma criança que apresente o quadro de necessidades especiais estarem realmente incluída na escola não basta somente estar matriculada, é preciso que ela participe de todas as atividades da escola, pois esta deve proporcionar o seu desenvolvimento.

Segundo Ropoli et.al:

A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas contestando os sistemas educacionais e seus fundamentos. Ela questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão. (ROPOLI et.al 2010).

Afirmamos que todos os professores precisam ter um novo olhar sobre esses alunos com NEE, haja vista que eles compõem uma sociedade que se institui da diversidade, portanto, precisa aprender a lidar com essas diferenças em sala de aula. Além do mais, precisa reconhecer que independente das diferenças, esses alunos são humanos e que têm o direito de ter acesso à escolarização, como todos os outros alunos ditos e aceitos como “normais”.

O professor deve aprimorar seus conhecimentos específicos, adotando novas intervenções pedagógicas, novas maneiras de ensinar, não deve só aceitar esse aluno para dizer que a Lei está sendo cumprida, apenas agregando o mesmo à sala de aula, mas trabalhando com o olhar da inclusão e com práticas pedagógicas inclusivas.

2.4 Avanços e impasses na inclusão educacional

A escola tem sido por muito tempo um lugar de segregação, onde só é incluso quem se encaixa em um padrão de normalidade. Nos últimos anos, entretanto, vem se discutindo muito sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas. Percebemos, porém, que há muito o que avançar.

As pessoas que não se enquadram no padrão de normalidade recebem vários adjetivos: “incapazes”, “anormais”, “esquisitos”, “inválidos”. Vencer essa forma preconceituosa de compreender que essas pessoas “diferentes” tem direitos e são providas de capacidades cognitivas e a educação inclusiva enquanto paradigma sustenta essas verdades:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008).

Destacamos como um dos avanços, dentre outros, nessa escola, lócus da pesquisa, a fala da Gestora :

Realizamos uma pesquisa para escuta da comunidade sobre a inclusão escolar. Fez uma síntese do resultado: nós temos que acabar com essa história de que todos somos iguais, somos todos diferentes e nós temos que saber conviver com o “ diferente” entendendo que a escola é seu espaço de aprendizagem.

Outra fala que reforça avanços na implementação de uma escola inclusiva é a fala da professora “A”, da sala regular do terceiro ano que relatou o que ela pensa sobre inclusão :

Aqui é uma escola integral, então a gente vê o aluno na sua forma integral, então a gente procura trabalhar a inclusão em todos os sentidos, a inclusão está na lei, mas muitas vezes as crianças vêm para escola e não são inclusas, então incluir para mim é incluir essa criança em todas as suas dimensões, e fazer com que esse aluno participe de forma ativa de todas as atividades.

A professora "A" não tem especialização em educação especial, porém ela relata que a SEMED proporciona formações nessa área. Essas formações ampliam seus conhecimentos no processo do ensino para atender pedagogicamente os alunos com NEE. Sua maior demanda em sala de aula são os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e essas formações fornecem ferramentas para a compreensão da especificidade de cada criança, já que há graus e manifestações diversas de autismo. Compreender dessa individualidade de

manifestações foi muito importante para o alcance do processo de aprendizagem, os professores precisam ter consciência das diversas manifestações do TEA, para assim auxiliar no desenvolvimento educacional.

Notou-se, apesar de não ter especialização, que a professora "A" tem noção bastante ampla sobre o que seja inclusão. A docente reconhece, por exemplo, que incluir não significa apenas que o aluno esteja na escola, mas sim participando das atividades, desenvolvendo suas habilidades, progredindo, etc.

No que se refere a educação integral, podemos dizer que uma de suas propostas é a inclusão pois a educação integral reconhece a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção da pertinência do projeto educativo para todos e todas. Segundo Mantoan (2003, p. 23), "as escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades".

A escola está buscando se organizar em função das necessidades dos alunos. Uma escola que está procurando ser mais inclusiva é proporcionalmente mais democrática, mesmo que ainda apresente dificuldades em lidar com os alunos com necessidades especiais. Podemos citar, como exemplo, a falta de tutor na sala de aula para auxiliar os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Caso houvesse, poderia sanar os problemas que o aluno autista do quarto ano vem enfrentando nas atividades.

Quando indagada sobre se havia inclusão na escola, a professora "A" respondeu :

Sim, aqui a gente trabalha a inclusão, você que fez estágio percebeu como as crianças são amadas. Mesmo o menino autista, ele tem todas as ajudas possíveis e necessárias na sala de aula, tanto dos professores quanto dos colegas. É muito difícil você ver o aluno autista sentado a margem, sozinho. As crianças sempre procuram brincar com ele, falar com ele, não há discriminação.

É muito importante que todas as crianças sejam acolhidas, porém isso não basta para que haja de fato a inclusão, e necessário que a escola proporcione atividades que propiciem o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos com NEE.

Segundo as Diretrizes Nacionais de Educação Especial (BRASIL, 2001), entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade. Ou seja, incluir significa fazer com que todos possam participar da vida social, tendo sempre os seus direitos respeitados e cumprindo com os seus deveres.

Quanto a avaliação do aluno autista a professora “A” disse :

A avaliação é feita de forma continuada. Ela é realizada em todos os momentos da escola; quando ele está com os colegas, quando ele está fazendo a atividade, etc. Não é que vai ter uma prova e naquele momento ele vai ser avaliado, não. A avaliação se dá em todos os momentos.

Segundo a pedagoga da escola, a nota é apenas uma questão burocrática. O principal objetivo é com a aprendizagem dos alunos. O sistema de avaliação da escola em questão é diferente das escolas tradicionais, pois uma nota serve para todas as matérias. Tal procedimento ocorre da seguinte maneira: o professor dá uma nota ao aluno, o aluno se avalia e um grupo analisa se o aluno realmente merece essa nota. A partir disso é que se tira uma média.

Segundo o MEC (BRASIL, 2010):

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor.

Essa forma de avaliação é feita com todos os alunos da escola, e pela fala da pedagoga a escola procura dar ênfase aos aspectos qualitativos do que aos aspectos quantitativos da educação.

A professora A ainda disse que o ensino com o aluno autista deve ser mais visual, mais concreto, visando a prática e evitando as explicações verbais. A fala da professora esta de acordo com o que afirma a orientação do MEC :

Em crianças com autismo os processos de inferência, coerência e coesão da compreensão do discurso são muito limitados. Por isso a comunicação com o aluno autista precisa ser mais simples e direta possível, e sempre que possível utilizar recursos visuais para que criança com autismo entenda o que se espera dela (Brasil,2010)

A professora “D” do quarto ano também falou sobre o que entende por inclusão :

Inclusão é fazer com que o aluno participe de todas as atividades junto com todos os outros alunos. Não deixar nenhum aluno de fora, seja por conta de deficiências ou por conta de dificuldades. É fazer com que o aluno esteja não só integrado, como participando de tudo do que sala faz.

É interessante ressaltar a congruência entre o pensamento das professoras. Ambas entendem que não basta o aluno está matriculado e frequentando uma escola para haja de fato a inclusão. É necessário que a escola, como um todo, não pratique a discriminação, mas sim que aceite a todos e que procure desenvolver as habilidades dos envolvidos no processo ensino/aprendizagem. A professora “D” também falou sobre a diferença entre o aluno integrado e o incluso de fato.

Segundo Mantoan:

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais, redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma: a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem as suas exigências. (MANTOAN, 2003, p.32)

Na integração escolar, o aluno está na instituição de ensino, mas não há por parte da escola uma preocupação em fazê-lo participante de todas as atividades normalmente. A escola nessa perspectiva estaria mais preocupada com a deficiência e transtornos do aluno do que com as suas potencialidades.

Segundo Oliveira (2003), inclusão é, portanto, um processo dinâmico, envolvente, participativo, que tem uma amplitude educativa profundamente social, através do qual os alunos aprendem a viver juntos suas diferenças, enriquecendo-se reciprocamente e desenvolvendo atitudes de confiança.

A escola que é inclusiva respeita a individualidade de cada aluno. Não há, portanto, discriminação, mas sim interesse em produzir oportunidades para a construção de cidadãos autônomos e dignos. As crianças tendem a aprender muito sobre respeito ao outro em escolas assim.

A professora “D” relatou também que logo no início do ano o aluno autista comunicou que ninguém brincava com ele. Foi feito, portanto, uma assembleia na sala de aula para conversar com todos sobre o assunto. Desde então, o aluno não reclamou mais. A professora destacou que o aluno está mais tranquilo e seu relacionamento com ela e com a turma está bem melhor. Sua participação em sala também se tornou mais ativa.

Quanto a participação da família na escola, a professora relatou que possui uma relação mais estreita com a mãe do aluno. A docente comentou que a responsável vem a escola para se integrar da situação da sua prole. Segundo o anexo 1 : “a participação da família na escola é fundamental, não só para ir na escola no dia das mães ou dos pais, a gente quer a participação efetiva na tomada de decisões na escola e no envolvimento no fazer pedagógico”.

De acordo com Cambruzzi:

É importante notar que as famílias são imprescindíveis no processo educacional dos filhos, pois, as crianças demonstravam, que estava desenvolvendo autonomia, conscientização dos outros e a convivência em grupo. Lembra que vale salientar que é fator fundamental a parceria escola/família, pois são agentes de transformação em termos individuais, e coletivamente favorecem a mudança de visão, ainda distorcida que a sociedade tem a respeito do deficiente. (CAMBRUZZI, 1998, p.90)

É importante que a família participe da educação da criança e do adolescente, pois ela é essencial no processo de formação do sujeito. É, portanto, de fundamental importância que essa instituição social colabore nas atividades escolares como, por exemplo, os eventos teatrais, musicais ou esportivos. É com esses dois polos, o

familiar e o escolar, que o indivíduo com ou sem necessidades educacionais especiais possa crescer e se tornar um cidadão ativo na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar ainda se constitui como um desafio à educação especial e a escola, pois se trata de um tema muito recente na sociedade brasileira. Ao direcionar o olhar para os alunos com necessidades educacionais especiais, essa pesquisa buscou compreender os desafios da inclusão numa escola municipal de Manaus. Tal intento se deu porque compreendemos a necessidade de reflexão sobre essa sociedade que produz diversas formas de exclusão.

À medida que tal pesquisa foi tomando proporção, nos foi possível perceber o tamanho da dificuldade que é o processo de inclusão escolar. Tal dificuldade se reflete, por exemplo, na formação de profissional capacitado, implementação dos atendimentos educacionais especializados, barreiras atitudinais, entre tantos outros.

Essa pesquisa nos possibilitou, portanto, a reflexão sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, a partir das observações de uma escola da rede pública de Manaus. Tal instituição apresentou avanços significativos nos resultados escolares, portanto, inclusivos, em relação aos alunos com NEE. Sendo assim, a escola demonstrou ser um espaço democrático, onde os alunos usufruem dos seus direitos. Apesar dos avanços, há diversas metas a serem alcançadas pela gestão como, por exemplo, infraestrutura adequada, equipamentos necessários e professores qualificados.

Na instituição todos os alunos independentemente de terem ou não necessidades educacionais especiais, participam de todas as atividades que a escola oferece, a sala de recursos multifuncional e bem equipada para atender para tender as dificuldades dos alunos, a professora da sala de recursos se utiliza também de outros espaços da escola para o aprendizado dos estudantes com NEE, como a horta da escola.

A escola investigada implementa ações voltadas para a diversidade e o respeito ao diferente. Desenvolve em seu Projeto Político Pedagógico ações que

promovem a formação integral do indivíduo, sendo assim uma instituição de ensino que vivencia a educação escolar inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELISÁRIO FILHO, J. F. CUNHA, P. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal (1988). CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO, art. 206**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 11, maio de 2019.

BRASIL. **Constituição Federal (1988). CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO, art. 208**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 11, maio de 2019.

BRASIL, Decreto 7.611/2011. **Educação especial, o atendimento educacional especializado**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm- acessado em 02/11/2018

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica**. Diretoria de currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial: **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília, 2010.

BRASIL, **LEI ORDINÁRIA 13.146/2015**. Disponível em: <http://autismo.institutopensi.org.br/informe-se/sobre-o-autismo/o-que-e-autismo/>>. Acessado em: 12 de junho de 2018

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Decreto nº 3.952/01** – Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasília: MJ, 2001.

BRASIL. **Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva/**. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 948/2007, entregue ao ministro da educação em 7 de janeiro de 2008.

BRASIL, Ministério da educação. **Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica/ secretaria de educação especial**. 2001.

BRASIL. **Lei das Diretrizes Básicas da Educação. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em 11, maio de 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Marcos Políticos Da Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial.2010. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192. Acessado em 11, maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acessado em 11, maio de 2019.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. **Estimulação Essencial ao portador de Surdez. Anais do III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, volume 3**. Foz do Iguaçu-PR; Qualidade. 1998.

CARVALHO, R.E. **ESCOLA INCLUSIVA: A REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**, APUD MANTOAN, PAG 61/ 5.ED. PORTO ALEGRE: MEDIAÇÃO 2012.

FÁVERO, E.; PANTOJA, L.; MANTOAN T.E. **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: SEESP, SEED, MEC, 2007.

GALVÃO FILHO, Teófilo. **Favorecendo Práticas Pedagógicas Inclusivas por meio da Tecnologia Assistiva**. In: NUNES, L.R.O.P; PELOSI, M.B; WALTER, C.C.F (orgs.). Compartilhando experiências: ampliando a comunicação alternativa. Marília: ABPEE, p. 71-82, 2011.

GERALDO, A.; BONASSINA, A.; BANAS, J. **Inclusão Escolar: Uma Realidade Inacabada**. Disponível em:
http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/22932_12450.pdf. Acessado em 11, maio de 2019.

GÓMEZ, A. M. S. & TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. São Paulo: Ed. Grupo Cultural, 2014

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. Revista Integração, Brasília, 2002.

MANTOAN, T.E. **Inclusão Escolar: O Que É? Por Quê? Como fazer?** São Paulo, Ed. Moderna. 2003.

MAZZOTTA. M. J. S. **História da Educação Especial no Brasil**. In: Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NÓVOA, Antônio. **Profissão Professor**. Porto, Portugal. Porto Editora, 1999.

OLIVEIRA, A. A. S. **Educação inclusiva: concepções teóricas e relato de experiência**. In: MARQUEZINE, M. C. et al. (Org.). **Inclusão**. Londrina, PR: EDUEL, 2003.

PRODANOV .C.C, FREITAS. E.C. **Metodologia Do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Feevale. 2013

ROPOLI, Edilene-. MATOAN, Maria. SANTOS, Maria. MACHADO, Rosângela. **Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: A ESCOLA COMUM INCLUSIVA**, Universidade Federal do Ceará. 2010.

SCHWARTZMAN, J. S. **Neurobiologia dos transtornos do espectro do autismo**. In: SCHWARTZMAN, J. S.; ARAÚJO, C. A. (Org.). **Transtornos do espectro do autismo**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

ANEXOS

Anexo 1

Entrevista com a Gestora

- 1- Qual sua visão sobre a inclusão?
- 2- Qual trabalho é feito para que a inclusão aconteça na “sua” escola?
- 3- Qual importância da participação da família na escola?

Anexo 2

Entrevista com os professores

- 1- Qual a proposta para a integração de todos os alunos?
- 2- No planejamento docente são contempladas as adaptações curriculares de pequeno porte para atender o aluno autistas? Com que frequência esse planejamento é feito?
- 3- Qual importância da sala dos Recursos Multifuncionais?